



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 21 – Ano XI – 05/2022
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Readaptação Funcional Docente a partir da Perspectiva da Filosofia da Libertação de Enrique Dussel

Ester Miranda da Silva Pereira
Mestrado em Ensino e Saúde na Amazônia pela
Universidade do Estado do Pará - UEPA - Brasil
Doutoranda em Educação na Universidade do Estado do Pará - UEPA
<http://lattes.cnpq.br/0851548477030350>
E-mail: estermir_to@yahoo.com.br

Prof. Dr. Pedro Franco de Sá
Doutor em Educação pela
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN - Brasil
Docente da Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará - UEPA - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4323922632919962>
E-mail: pedro.sa@uepa.br

Prof. Dr^a. Ivanilde Apoluceno de Oliveira
Pós-Doutorado em Educação pela Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ - Brasil
Docente da Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará - UEPA - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6486192420682817>
E-mail: nildeapoluceno@uol.com.br

Resumo: A readaptação funcional é um direito profissional e um meio de retorno ao trabalho, em atividade compatível com as limitações decorrentes do adoecimento físico ou mental do servidor. No caso do professor, trata-se de um caminho prolongado e que causa sofrimento a ele, em função das diferentes perdas e do estigma a que está sujeito no ambiente escolar. Este artigo se propõe a tecer

reflexões sobre o adoecimento e o fenômeno da readaptação funcional no contexto docente, a partir de fundamentações da Filosofia da Libertação de Enrique Dussel, o qual aborda o Outro enquanto sujeito singular, cuja tomada de consciência ética e crítica possibilita mudança da sua condição de vítima do sistema.

Palavras-chave: Readaptação Funcional. Professor. Filosofia da Libertação. Enrique Dussel.

Introdução

A saúde do trabalhador é determinada por condicionantes de âmbito social, econômico, político e organizacional, os quais interferem diretamente nas condições de vida e nos processos de trabalho.

Por sua vez, a organização do trabalho tem sido diretamente modificada pelo modo de produção capitalista e conseqüente globalização da economia. O professor tem se deparado com a exigência de maior produtividade em tempo reduzido, o aumento e a complexidade de tarefas, aspectos predisponentes à tensão e hostilidade no ambiente laboral, que podem levar ao processo de adoecimento. Por conseguinte, a educação, nesse modo de produção neoliberal, torna-se mercantilizada (COELHO e SÁ, 2019).

Segundo os mesmos autores, apesar de novas responsabilidades, os docentes não tiveram subsídios para dar conta de todas as diferentes obrigações. As demandas se tornaram cada vez maiores, frequentes e complexas, tornando o trabalho docente mais difícil e multifacetado. É exigida dos profissionais uma atuação polivalente e multifuncional, que evidencia sobrecarga e desgaste físico e mental exacerbado. Muitos desses profissionais que persistem na profissão já apresentam sinais de adoecimento físico e psicológico.

O cenário atual e futuro para produção e reprodução do trabalho, de forma geral e para o trabalho docente, não é promissor. Pelo contrário: o momento histórico é de aprofundamento de crise estrutural, que impacta negativamente na vida do trabalhador pela retirada de direitos conquistados. A tendência é a intensificação da precarização do trabalho, do adoecimento e do sofrimento docente (FACCI e URT, 2017).

Esse processo de adoecimento pode levar o professor a um processo de readaptação funcional, disfunção cada vez mais presente como realidade laboral

(SANTOS, URT e VITAL, 2017). No Brasil, estudos sobre essa temática ainda são escassos, apesar de seu acentuado crescimento no ensino público do Brasil. Trata-se de um fenômeno muito mais complexo do que a simples verificação da existência de uma epidemia de absenteísmo e afastamentos no ambiente escolar (NERIS, 2018).

De forma preponderante, a readaptação funcional tem sido abordada a partir de conotação positivista/biomédica da saúde-doença. Assim, são necessárias reflexões mais contextuais e macroestruturais desse fenômeno. De acordo com Facci et al (2017), individualiza-se um problema que é social, compreende-se como orgânico aquilo que está em sinergia com uma forma de estruturação da sociedade.

Além do sofrimento causado pelo adoecimento em si, o professor se sente marginalizado, pois, numa sociedade capitalista, a valorização profissional é condicionada à produção e atuação em sala de aula. O afastamento dessa atividade implica descarte e exclusão, no próprio ambiente escolar. Segundo Farias e Miguel (2019), ele se torna invisível e “jogado” num canto da escola, como estorvo que vive à custa do poder público.

Nesse contexto, objetiva-se suscitar reflexões que apontem para uma nova perspectiva do professor readaptado, sobretudo quanto às suas potencialidades e possibilidades de transformar a forma com que tem sido percebida a sua condição enquanto profissional que, mesmo com limitações, ainda pode contribuir com o processo educativo.

Parte-se do pressuposto teórico da Filosofia da Libertação de Enrique Dussel, o qual pode favorecer a problematização desse contexto, já que levanta uma concepção diferenciada do indivíduo oprimido – o Outro, que precisa ser reconhecido a partir de si mesmo, e aponta para a necessidade de superar a situação de opressão. Para tal, não é suficiente tecer críticas ao sistema vigente, e sim transformar a ação crítica em ação no cotidiano.

Neste artigo, apresentamos uma breve contextualização do trabalho docente, além de abordagem sobre o processo de readaptação funcional docente na perspectiva da Filosofia da Libertação de Enrique Dussel.

Contextualização do trabalho docente

No âmbito da teoria marxista, nas sociedades pré-capitalistas, o trabalho é visto como criador e central na vida humana, é a forma como os indivíduos se relacionam com a natureza para suprir suas necessidades. Por meio do trabalho, o Homem amplia suas relações sociais, através da troca de experiências e de conhecimento (MARX, 2012).

Com o nascimento do Capital, o sistema passa a explorar o trabalhador, que vende a única mercadoria que possui: sua força de trabalho. Inicia com a prática da manufatura, baseada na divisão do trabalho, decompondo os processos/etapas de produção. Essa organização leva o Homem à fragmentação, alienação e automatização em uma só tarefa (MARX, 2004).

Nessa lógica, consolida-se uma sociedade pautada na exploração e no antagonismo de interesses, onde se fortalece a valorização da produtividade do trabalho humano para otimização de lucros. A educação e o trabalho docente não ficaram alheios a essas mudanças.

Assunção e Oliveira (2009) refletem sobre a intensificação do trabalho docente, fato observado, inclusive, na Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), que destaca que as atribuições dos professores não se restringem à sala de aula: eles também devem estar em constante relação com a comunidade (escolar e extramuros), participar da gestão da escola, do planejamento do projeto pedagógico, de conselhos, dentre outras tarefas.

Por sua vez, para Coelho e Sá (2019), a reorganização estrutural do trabalho docente e as políticas educacionais neoliberais fragilizaram a condição de trabalho, carreira e remuneração dos professores. A precarização, a jornada de trabalho e os compromissos assumidos pelos professores acarretam perda na qualidade de seu trabalho e interferem negativamente na saúde, fato constatado pelo aumento do número de afastamentos por doenças.

Tendências pós-modernas estão se inserindo na educação de modo cada vez mais intenso, como a lógica da meritocracia, da flexibilidade, o senso de responsabilidade individual pela qualidade da educação, dentre outras concepções epistemológicas. Elas apenas reforçam a lógica de culpabilização do professor pelo seu adoecimento, o que gera sofrimento e intensifica ainda mais a relação do

docente com um trabalho adoecedor. Isso compromete a autonomia e o caráter emancipador do trabalho docente (LADEIRA, 2020).

Com o desdobramento do trabalho docente, são necessárias novas reflexões que deem conta das questões relacionadas à tríade trabalho, saúde e adoecimento, no campo da educação (REIS, 2014), pois a verdadeira sobrecarga de trabalho que incide sobre os professores pode prejudicar a sua integridade física, psíquica e/ou emocional.

Adoecimento Docente no Exercício de sua Função

Para Dejours (1992), a organização do trabalho, o conjunto de atividades, a responsabilidade e as relações de autoridade no contexto laboral podem se constituir ameaça à saúde do trabalhador. Na área da educação, a saúde e o bem-estar relacionam-se às adaptações do ser humano, em estabelecer um mecanismo para lutar contra o sofrimento, as diferenças e doenças no âmbito e na relação do trabalho.

Segundo o mesmo autor, o professor é um ser em constante aprendizagem e marcado pelas experiências vividas, o qual vai ajustando suas tarefas a diversas situações dentro de certos parâmetros, integradas às estruturas de funcionamento biológico, psicológico e social. Assim, o adoecimento docente não pode ser restringido a questões individuais e biológicas; deve-se também buscar as causas sociais e coletivas.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera a profissão docente como de alto risco físico e mental, com destaque para elevados índices de depressão e Síndrome de Burnout (FORATTINI e LUCENA, 2015). O adoecimento docente é um problema que tem afetado o Brasil e não se pode naturalizar/invisibilizar tal fato ou culpabilizar/criminalizar o professor adoecido (FROTA, 2019).

Documentos gerados por órgãos oficiais de perícia médica identificaram o predomínio dos transtornos mentais e comportamentais, entre professores, como principais motivos de afastamento do trabalho, seguidos pelos transtornos da voz e doenças osteomusculares. Como causas do adoecimento, destacam-se:

precarização da profissão, intensificação do trabalho, fatores ambientais, organização do trabalho e atuação dos gestores das escolas (ROSSI, 2018).

Por sua vez, Santos, Urt e Vital (2017) apontam determinantes que contribuem para o adoecimento do professor, como: falta de reconhecimento da função do professor; falta de respeito dos alunos, dos governantes e sociedade em geral; baixos salários; diminuição dos espaços de discussão coletiva; tripla jornada e sobrecarga de trabalho; baixa participação direta na gestão e planejamento do trabalho; culpabilização pelos resultados negativos dos alunos; invasão do espaço domiciliar; dentre outros.

Coelho e Sá (2019) reforçam que a dupla e/ou tripla jornada de trabalho do professor acarreta sérios problemas de saúde, tais como fadiga, hipertensão arterial, sobrecarga psicológica, depressão, ansiedade etc., sobretudo devido à diminuição das horas que deveriam ser dedicadas ao lazer e ao descanso.

Nesse sentido, conforme Silva (2018), o absenteísmo pode se constituir estratégia de defesa para o professor. A licença médica pode representar o auge de seu sofrimento, que é quando ocorre a visibilidade da doença para os colegas de trabalho e para as famílias, pois está referendada pelos médicos e publicada oficialmente.

Para a mesma autora, questões relacionadas à saúde dos docentes são ausentes das preocupações governamentais. Os órgãos administrativos da educação têm sido referência apenas para mediar encaminhamentos para o licenciamento. Assim, cabe ao profissional responsabilizar-se pelo seu tratamento como ação individual, feito de forma descontextualizada e sem a devida rede de apoio ao professor licenciado.

Portanto, o adoecimento produz impactos na vida do professor, devendo ser considerado o contexto em que ocorreu. Descartar ou substituir esse profissional não resolve a questão. O profissional afastado por motivo de doença, decorrente do exercício profissional, necessita ser assistido e compreendido, especialmente pelos seus gestores e pares. O conhecimento dessa realidade implica análise histórica, crítica e social, do conjunto das relações estabelecidas, procurando ir além do mundo da aparência e penetrar no mundo do concreto (REIS, 2014).

Nesse contexto permeado de fatores suscetíveis a adoecimento de causas diversas e interrelacionadas, a readaptação é uma realidade que leva ao

afastamento do trabalhador, por motivo de saúde, do seu labor. Com a readaptação, o profissional se vê numa nova condição laboral, social e simbólica - a de readaptado, o que leva a mudanças de relações no ambiente de trabalho, além de sentimentos de perda, frustração e fracasso.

Readaptação Funcional Docente

A readaptação funcional é o afastamento do professor de sua função de magistério por motivo de adoecimento, atribuindo-lhe outra função. Inicia-se com o afastamento por meio de licença médica, concedida por um perito ou equipe multiprofissional de peritos (SANTOS, URT e VITAL, 2017).

Segundo o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, readaptação equivale à forma de provimento, em cargo mais compatível, pelo servidor que tenha sofrido limitação, em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial.

Quando um profissional é submetido ao processo de readaptação, é preciso considerar que o trabalho representa não apenas uma das formas para satisfazer as necessidades biológicas para sustentação da vida, mas, sobretudo, uma satisfação social e de realização humana.

Arbex, Souza e Mendonça (2013) afirmam que a readaptação é causada por condições desfavoráveis de trabalho e não deve ser reduzida a problemas clínicos e individuais, mas sim entendida como contexto que provoca adoecimento. Contudo, ela tem sido tratada individualmente e as instâncias burocráticas responsáveis não conhecem o cotidiano de trabalho do servidor.

Reiterando tais ideias, para Rossi (2018), os gestores e as instituições geralmente se implicam com a saúde dos professores apenas quanto ao encaminhamento às perícias médicas. O autor questiona a metodologia pericial empregada, que enfatiza, exclusivamente, o comprometimento da capacidade laborativa de forma individualizada, desconsiderando o contexto do trabalho e a organização como um todo – enfoque biomédico.

Na mesma perspectiva, Neris (2018) constatou que gestores e instituições consideram apenas duas perspectivas: corpo são (avaliado pela potencialidade -

poder se converter em capital) ou corpo doente (representado de forma mais negativa quando impossibilitado de se representar como capital, o que inclui perder o reconhecimento institucional).

De acordo com Pezzuol (2008), o docente readaptado é visto como alguém que não tem mais possibilidades de trabalho educativo, como se a doença fosse um fim em si mesma e impedisse de continuar a prática pedagógica no ambiente escolar. Assim, o foco está na incapacidade laboral e não nas habilidades dos docentes readaptados. A regência de classe parece ser o único lugar que legitima e reconhece a identidade do profissional docente.

Para Vieira (2013) e Amaral e Mendes (2017), a realidade do professor readaptado é a da desconfiança, desvalorização e discriminação sofrida no ambiente escolar, de não ser ouvido quanto às suas necessidades, onde é responsabilizado pelo adoecimento. Além da dor física, passa a enfrentar a psicológica, causada pelo isolamento e pelas humilhações sofridas no trabalho pelos colegas, pela perícia médica e pela adaptação a novas formas de trabalho.

A necessidade de adaptação do professor a uma nova função na instituição educacional onde trabalha é um ponto de tensão durante a readaptação. Geralmente, trata-se de um processo demorado no sentido de definir qual nova atribuição ele deverá assumir. Tal condição dificulta a integração com outros profissionais, afeta o reconhecimento do seu trabalho e gera sentimento de isolamento em relação ao grupo (BARBOSA, 2014).

Usualmente, o docente passa a realizar tarefas administrativas, supostamente adequadas à sua condição de saúde. Dessa forma, ele se depara com a dicotomia entre a identidade profissional projetada e a real, pois deixa de fazer aquilo que almejava como meta de vida e passa a desempenhar outras atividades (readaptadas), como as da biblioteca e sala de leitura, ou como inspetor, coordenador, secretário etc.

Essa nova realidade predispõe o docente a sentimentos de perda, medo, frustração e fracasso. Ele fica marcado pelo estigma, discriminação, autculpabilização e desvalorização social, o que prejudica sua qualidade de vida e relações interpessoais (ANTUNES, 2014).

O Professor Readaptado enquanto Oprimido

Em pesquisa realizada com docentes readaptados de escolas públicas no Distrito Federal, Medeiros (2010) constatou mudanças nas relações com os colegas e no fazer desses professores. Isso impacta na identidade profissional e leva à marginalização deles no ambiente escolar.

Para a mesma autora, a própria escola e aqueles que nela atuam não conseguem perceber o readaptado como passível de atuação construtiva fora do nicho da sala de aula. Assim, no retorno do docente readaptado à escola, há certo estranhamento devido à mudança de atividade desse profissional, o que comprova que a cultura institucional reforça a visão excludente de diversas possibilidades de atuação para os docentes readaptados.

Em estudo sobre professores readaptados em biblioteca escolar, Bastos et al (2010) afirmaram que eles, muitas vezes, não são tratados como educadores e nem como profissionais, com o mesmo peso e medida dos atuantes em sala de aula. Não raro, são considerados subalternos ou incapazes de realizar atividades criativas.

Por sua vez, Medeiros (2010) discorreu sobre a “invisibilidade” do docente readaptado em seu espaço de atuação no contexto escolar. Os professores atuantes em sala de aula têm uma percepção negativa, conferem a ele condição de inferioridade em virtude do adoecimento e da própria readaptação.

Ao analisar dificuldades enfrentadas pelos professores em seus processos de readaptação funcional em Belo Horizonte (MG), Vieira (2013) também descreveu o sentimento de exclusão sofrido por eles, que passaram a não ser mais considerados como professores pelos colegas de trabalho. Ele afirma que o readaptado é discriminado e excluído do grupo, dos diferentes espaços e das atividades da escola, como se não tivesse utilidade e competência.

De acordo com Barbosa (2014), o readaptado é visto pelos colegas e chefias como estorvo ou aquele que “finge um problema para trabalhar menos”. Esses olhares enviesados e equivocados são construídos a partir das limitações laborais dele.

Reiterando tal ideia, Krugmann (2015) investigou histórias de vida de professoras em readaptação funcional no Mato Grosso do Sul (MS) e constatou que elas mesmas e os colegas de trabalho não mais as reconheciam como docentes.

Assim, muito além das questões físicas, a readaptação é permeada pela subjetividade do professor, que a correlaciona a término da carreira profissional, sentimento de impotência e inutilidade.

Segundo Santos, Urt e Vital (2017), perde-se o sentido do ser professor e se evidencia o esvaziamento do trabalho. Ele é excluído da profissão, da sala de aula, das relações, enfim, do “ser professor”. Ele ocupa o espaço da biblioteca, mas não é bibliotecário por formação, está na secretaria, mas não é secretário, é formado para regência em sala de aula, mas não mais exerce essa atividade.

As representações negativas dos colegas docentes e gestores fazem com que os atores envolvidos nesse processo internalizem a percepção do docente readaptado como incapaz, doente, deficiente, disfuncional e sem condições de trabalho (NERIS, 2018).

Diante dessas evidências, percebe-se que o fato de o docente readaptado possuir limitações para realização de algumas tarefas no contexto escolar comumente é mal interpretado e confundido com desinteresse pelo trabalho, o que inicia um processo de exclusão e opressão.

Nesse sentido, é válida a reflexão de que o professor adoecido ou já em processo de readaptação funcional não pode ser visto apenas pelo enfoque da sua limitação, causada pelo próprio exercício profissional. Ele precisa ser valorizado, a partir de suas potencialidades e não dificuldades, ou seja, visualizado enquanto si mesmo. Essa concepção vai ao encontro das premissas da Filosofia da Libertação e Ética de Dussel.

Filosofia da Libertação e Ética de Dussel

Enrique Dussel é uma das principais referências da Filosofia latino-americana, a qual levanta reflexões sobre contradições da realidade e mobiliza processos de mudança (GONZÁLEZ, 2011).

A origem da Filosofia da Libertação advém da existência de um oprimido que grita por sua dor e clama por justiça. Esse grito/clamor, mesmo não articulado, é interpretado em seu sentido porque possui consciência ética. Significa o sofrimento de alguém e que a sua dor lança uma súplica (DUSSEL, 2017).

A Filosofia da Libertação, contextualizada na sociedade globalizada, atinge segmentos sociais oprimidos do ponto de vista ético. Há perspectivas críticas concretas de transformação de um sistema excludente, a partir do horizonte das vítimas e luta pelo reconhecimento desses sujeitos históricos na sociedade.

Dessa forma, propõe-se um discurso ético crítico-libertador, que tem como referência o Outro (a vítima), enquanto negado e excluído. Esse reconhecimento tem como origem a afirmação da dignidade de todas as pessoas como membros iguais da comunidade, enquanto reprodução de vida (DUSSEL, 2017).

Para Dussel, a dor e a corporalidade das vítimas constitui a origem material primeira de toda a crítica ética, cujo ponto de partida é a relação produzida entre a negação da corporalidade expressa no sofrimento das vítimas, ou seja, a negação pela exclusão e a tomada de consciência dessa negatividade, tendo-se como referência o reconhecimento da dignidade da vítima como Outro, que o sistema nega (OLIVEIRA e RAMOS, 2020).

A Filosofia da Libertação de Dussel rompe com a lógica totalitária da identidade-diferença e traz o discurso da distinção convergência, com base no conceito da alteridade, em que o Outro é pensado fora do sistema, da totalidade. A demarcação do caminho para a revelação do Outro como alteridade caracteriza o pensar analético. O reconhecimento do Outro como Outro (distinto) possibilita o processo de libertação (DUSSEL, 1977).

O princípio/práxis da libertação inclui ações transformadoras que viabilizem a passagem da vítima de “não-poder-ser-vivente” ao “dever-ser-vivente”. Libertar significa construir efetivamente a utopia possível e as estruturas ou instituições do sistema onde a vítima possa viver, e “viver bem” (...) (Dussel, 2000).

Para Dussel (2000), libertar implica desenvolver, dar possibilidade positiva à vida humana ao exigir que as instituições e o sistema possibilitem novos horizontes que transcendam à mera reprodução e repetição de exclusão de vítimas.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o professor adoecido e readaptado pode ser um dos muitos “Outros” trazidos por Dussel: configura-se como Outro estigmatizado, oprimido e excluído pela comunidade (colegas de trabalho, gestores e instituições) e pela lógica capitalista, a partir do momento em que não é mais considerado enquanto ser produtivo.

Filosofia da Libertação de Dussel e o Professor Readaptado

O professor em readaptação funcional enfrenta um verdadeiro processo de sofrimento, ao se deparar com a opressão, discriminação e exclusão. Assim, ele pode representar uma das várias possibilidades do Outro dusseliano.

Nesse sentido, “o ser humano distinto por sua constituição real (...) converge, se reúne, se aproxima de outros homens (...). O outro se revela realmente como outro (...) quando irrompe como o mais extremamente distinto, como o não habitual (...), como oprimido” (DUSSEL, 1980, p. 49).

Segundo Oliveira e Ramos (2020), Dussel levanta a necessidade de reconhecer a dor do Outro, ou seja, de reconhecer a igualdade do Outro, da vítima como ser vivente, de um processo de vitimização e de negação de direitos, o que implica sofrimento. O saber-escutar o Outro possibilita o processo ético-político de libertação, pela supressão das determinações sociais negativas e reconhecimento do outro como sujeito de saberes e de direitos.

Nesse contexto, o professor readaptado precisa ser um sujeito mais ativo em prol da sua libertação enquanto oprimido, em função da sua limitação funcional, sobretudo diante da globalização homogeneizadora, que nega a existência do outro que apresenta alguma limitação ou “desvio” do esperado pelo sistema capitalista - indivíduo produtivo.

Dessa forma, o professor precisa tomar consciência e participar de forma crítica e ativa do seu processo de libertação enquanto vítima do sistema excludente. Para tanto, é necessário o seu compromisso ético-crítico com a transformação da realidade que lhe vitimiza, por meio da organização, construção e participação de um projeto de libertação.

Assim, o professor readaptado deve se engajar no desenvolvimento de ações criativas e libertadoras para transformar as causas da opressão, efetivadas por ações que modifiquem a sua posição de vítima para o de sujeito ético.

Portanto, segundo Dussel (2000), a vítima (professor readaptado) tem que ser o ponto de partida para a possibilidade de mudança. A ética da libertação é a da transformação, pressupondo que transformar é mudar o conteúdo de uma norma, de uma ação ou instituições.

Com isso, todo o sistema legal, educacional e de saúde envolvido no processo de readaptação do professor precisa passar por mudanças quanto à condução desse longo processo, do qual o professor, uma vez tendo a tomada de consciência ética e crítica, pode e deve participar de maneira ativa.

Na readaptação funcional docente, podem ser observadas as questões éticas da irrupção do Outro na Totalidade vigente (o professor adoecido/readaptado, negado pela lógica produtiva do professor regente de sala de aula) e a negação da Totalidade (do sistema político-econômico que valoriza o corpo sadio).

A crítica ao sistema excludente só é possível com o reconhecimento ético do Outro (vítima) como sujeito autônomo, livre e distinto. Por isso, a escuta do Outro (vítimas, oprimidas e excluídas) e o reconhecimento de seu discurso são o primeiro momento do processo ético de libertação. O movimento ético passa pela constatação da existência do oprimido, constituindo-se um dever a crítica ao sistema, apontando a necessidade de transformação das causas que originam a exclusão (OLIVEIRA e RAMOS, 2020).

Uma ação eticamente boa pressupõe o viver das pessoas humanas, a sua participação, simetricamente, nas decisões e a viabilização concreta desse viver. Nesse contexto, o docente adoecido pode participar ativamente das decisões, ser escutado quanto às suas reais necessidades e dificuldades impostas pelo sistema, inclusive, ter direito a opinar sobre possíveis mudanças na condução do processo de readaptação funcional e na nova função a exercer no ambiente escolar.

As premissas da Filosofia da Libertação e ética de Dussel apresentam perspectivas concretas de transformação do sistema excludente, a partir do horizonte das vítimas. Cabe ao professor adoecido tomar consciência da sua realidade de excluído e, em conjunto com os demais na mesma condição, lutar pelo reconhecimento e dignidade enquanto docente e pessoa e participar ativamente do direcionamento de ações para superar processos excludentes, o que pode incluir a provocação da construção de políticas públicas orientadas a dar respostas às suas diversas demandas.

Conclusão

As condições de trabalho e a crise no contexto educacional são temáticas que vão ao encontro do adoecimento do professor e, conseqüentemente, da readaptação funcional, processo longo e doloroso, do ponto de vista físico, mental e emocional.

O sentido da readaptação funcional docente tem se mostrado o do estigma, isolamento, esvaziamento do trabalho e perda da identidade profissional. O professor não mais exerce a função que sonhou e para a qual se preparou, tendo que assumir uma atividade diversa, a qual não escolheu e não foi devidamente preparado para exercê-la.

Além disso, ele enfrenta sistemas despreparados (legislativo, educacional e da saúde), bem como colegas e gestores que não o encaram como profissional. Ele deixa de ser um servidor produtivo, fugindo da lógica capitalista reforçada pela globalização excludente.

A forma com que a readaptação tem sido conduzida, sem a participação e voz ativa do principal interessado – o professor, é, no mínimo, questionável, já que, nessas condições, provavelmente, enfrenta maior sofrimento no seu processo de adoecimento.

Na contramão, na visão de Dussel, pessoas excluídas, ao tomarem real consciência de sua situação de vítimas, constituem uma comunidade crítica e podem estabelecer um juízo negativo do sistema, bem como elaborar uma alternativa utópica, real e de superação de sua vitimização. De forma ampla, a ética da libertação é cotidiana e em favor dos excluídos (OLIVEIRA e RAMOS, 2020).

O professor readaptado, enquanto o Outro excluído, oprimido e despojado de sua dignidade, pode e deve, junto ao grupo social que vivencia tal situação de violência produzida pelo processo de dominação/exploração, tomar consciência crítica e ética da sua condição como tal, para possibilitar a real transformação da sua realidade. Isso pode incluir, dentre outros, a participação em (no):

- ações voltadas para promoção do bem-estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho;

- fomento a políticas públicas que criem espaços de escuta para manifestar seus sentimentos quanto à reinserção no ambiente escolar, em atividade laboral diferente da regência de classe;

- ações que possibilitem a valorização de suas habilidades numa função que também possa ser escolhida por ele e que não seja tão divergente em relação à sua vocação.

Muitos estudos, sob diferentes enfoques, podem e devem ser realizados sobre a readaptação funcional docente. As premissas da Filosofia da Libertação e Ética de Enrique Dussel levam à reflexão sobre a marginalização e vitimização do professor adoecido, assim como sobre a necessidade da tomada de consciência crítica e ética do professor para poder transformar sua realidade enquanto oprimido.

Referências

AMARAL, Grazielle Alves; MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Readaptação profissional de professores como uma promessa que não se cumpre: uma análise da produção científica brasileira. *Educação em Revista*, v. 18, n. 2, p. 105-120, 2017.

ANTUNES, Sandra Maria Pateiro Salgado Noveletto. *Readaptação docente: trajetória profissional e identidade*. São Bernardo do Campo/SP: Universidade Metodista de São Paulo, 2014, 102 p. Dissertação (Mestrado).

ARBEX, Ana Paula Santos; SOUZA, Kátia Reis; MENDONÇA, André Luís Oliveira. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 263-284, 2013.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009.

BARBOSA, Maria do Socorro Xavier Travassos. *Trabalho docente, readaptação funcional e identidade: um estudo de caso*. Brasília/DF: Universidade de Brasília, 2014, 94 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).

BASTOS, Gustavo Grandini et al. A voz de sujeitos-readaptados em discurso: o lugar do bibliotecário. *Ponto de Acesso*, v. 4, n. 2, p. 76-94, 2010.

COELHO, Alessandra Damasceno Franck.; SÁ, Elizângela Barroso Figueiredo de. O adoecimento docente e a readaptação funcional dos servidores públicos no município de Juiz de Fora. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.19, n.1, p. 234-249, jan./jul. 2019.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez – Oboré, 1992.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia na América Latina: filosofia da libertação*. São Paulo: Loyola, 1977.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1980.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUSSEL, Enrique. *En búsqueda del sentido*. Ciudad de México, Colofón, 2017.

FARIAS, José Valvernages de; MIGUEL, Joelson Rodrigues. Readaptação Funcional: uma voz silenciada no canto da escola. *Rev. Mult. Psic.*, v.13, n. 44, p. 301-332, 2019.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sônia da Cunha (Orgs.). *Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor*. Teresina: EDUFPI, 2017, 236 p.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias et al. *Uso de medicamentos ou medicalização dos professores? Uma discussão sobre as relações de trabalho e adoecimento*. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sônia da Cunha (Orgs.). *Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor*. Teresina: EDUFPI, 2017, p.101 - 136.

FORATTINI, Cristina Damm; LUCENA, Carlos. A. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 1, n. 2, p. 32-47, maio/ago. 2015.

FROTA, Diane Lima. *Saúde do professor: um estudo sobre o adoecimento no trabalho a partir do olhar docente*. Fortaleza/CE: Universidade Federal do Ceará, 2019, 117 p. Dissertação (Mestrado).

GONZÁLEZ, Leonardo Tobar. Excurso: las fundaciones de la filosofía latinoamericana. In: DUSSEL, Enrique. *El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y "Latino" [1300-2000]*. Ciudad de México: XXI, 2011, p. 255 a 261.

KRUGMANN, Taís Francéli. *Histórias de vida de professoras em processo de readaptação funcional*. Campo Grande/MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015, 156 p. Dissertação (Mestrado).

LADEIRA, Thalles Azevedo. *O adoecimento de professores das escolas estaduais de Santo Antônio de Pádua/RJ: uma análise a partir dos processos de precarização do trabalho*. Rio de Janeiro/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2020, 154 p. Dissertação (Mestrado).

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri – 1 ed. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I/ Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna*. - 30. ed.- Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

MEDEIROS, Rosana Carneiro Ferreira. *Para uma ecologia (mais) humana do professor readaptado*. Brasília/DF: Universidade de Brasília, 2010, p. Dissertação (Mestrado).

NERIS, Marco Antônio da Luz. *Representações sociais da identidade de docente readaptado no magistério público Do Distrito Federal*. Brasília/DF: Universidade Católica de Brasília, 2018, 132 p. Tese (Doutorado).

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; RAMOS, J. B. S. *Filosofia e ética da libertação de Enrique Dussel*. 1. ed., Veranópolis: Diálogo Freireano, 2020.

PEZZUOL, Maria de Lourdes de Moraes. *Identidade e trabalho docente: a situação do professor readaptado em escolas públicas do Estado de São Paulo*. Mogi das Cruzes/SP: Universidade Braz Cubas, 2008, 110 p. Dissertação (Mestrado).

REIS, Maria Izabel Alves dos. *O adoecimento dos trabalhadores docentes na rede pública de ensino de Belém-Pará*. Belém/PA: Universidade Federal do Pará, 2014, 215 p. Tese (Doutorado).

ROSSI, Valéria Rondon. *Ser-ninguém: um estudo de caso sobre a readaptação funcional na perspectiva da psicodinâmica do trabalho*. Brasília/DF: Universidade Católica de Brasília, 2018, 254 p. Dissertação (Mestrado).

SANTOS, Luciana Marques dos; URT, Sônia da Cunha; VITAL, Soraya Cunha Couto. *Readaptação docente: qual o sentido atribuído pelo professor?* In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sônia da Cunha. (Orgs.). *Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor*. Teresina: EDUFPI, 2017, p. 73-100.

SILVA, Fernanda Vilela. *A (Re) construção do sentido do trabalho para professores readaptados na rede municipal de educação de Goiânia*. Goiânia/GO: Universidade do Porto, 2018, 188 p. Dissertação (Mestrado).

VIEIRA, Rosemary Carrusca. *Readaptação funcional de professores no serviço público: a organização como determinante de conflitos intersubjetivos e dramas pessoais*. Belo Horizonte/MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013, 124 p. Dissertação (Mestrado).

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/2022

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524

ISSN: 2238-6424